

QUEM FOI E QUEM É GUIANA?

Edio Batista Barbosa¹

RESUMO

Este artigo mostra de forma breve a formação sócio/cultural e política da República Cooperativista da Guiana, que após mais de um século de colonização holandesa foi passada para mãos britânicas. Colonizações essas, que marcaram profundamente a formação da sociedade guianense. De um lado, a introdução da mão-de-obra escrava negra advinda da África e, da outra; a imigração contratada de maioria indiana.

Palavras-chaves: Sociedade; Política; Etnia.

INTRODUÇÃO

A República Cooperativista da Guiana, conhecida por muitos como Guiana Inglesa, passou por um longo processo até a conquista de sua colonização e independência. Poucos são conhecedores dos fatos históricos que deram origem a esse lugar, bem como, do seu significado cultural e geográfico para o estado de Roraima, na qual propomos descrever em seguida. Quem foi e quem é Guiana²?

A República Cooperativista da Guiana faz fronteira com o Brasil pelo nordeste e leste de Roraima, fronteira esta, que tem uma extensão de 119 km (LIRA, 1999). “(...) a Guiana é um país pequeno de 214.969 Km², mais de 39 vezes menor que o Brasil com uma população total de cerca de 717.458” (BAINES, 2003,p.9). O país sofre com uma alta taxa de emigração, podendo ser percebida ao compararmos com a população de 1982, que estava estimada em 765.000 habitantes³. A população “tem sido classificada etnicamente em 49,49% indianos guianeses (East Indians), 35,63% afro-guianeses (Africans), 7,05% mestiço (Mixed Guyanese) e 6,81% índios (Amerindians)” (*idem*, p.10).

O idioma oficial é o inglês, tendo outras línguas faladas como o hindi e urdu, línguas asiáticas. O território está dividido em dez regiões. Sendo a capital Georgetown, juntamente com

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia - UFRR

² Conforme Pereira (2005), a palavra Guiana significa “terras de muitas águas”.

³ Ver Garavini 1987.

Linde e New Amsterdam suas principais cidades. A situação religiosa está dividida entre o “cristianismo 52% (protestante 34%, católicos 18%), hinduísmo 34%, islamismo 9%, outros 5%”⁴.

DESCOBRIMENTO E OCUPAÇÃO

A Guiana foi o único país colonizado pelos ingleses na América do Sul. A sua ocupação foi tardia, apesar de descoberta em 1499, pelo capitão espanhol Alonso de Ojeda. Somente a partir do início do século XVII, é que começou a ocupação pelos holandeses. Ficou conhecida como Guiana Inglesa em 1831, quando as colônias do Berbice, Essequibo e Demerara foram unidas pela Grã-Bretanha (PEREIRA, 2005, p.35).

A antiga Guiana Inglesa, como ainda é popularmente conhecida no Brasil, vem de duas colonizações. A primeira, pelos holandeses e logo depois; pelos ingleses. Conforme Melatti⁵ o território que corresponde hoje Suriname e a Guiana estavam sob o domínio dos holandeses entre 1667 e 1815. Dreyfus (1993, p.21) data a presença dos holandeses bem anterior, no início do século XVII: “para consolidar sua presença, os holandeses (...) edificaram em 1613 o primeiro forte europeu da costa guianesa, no estuário do Essequibo”⁶.

Romero (1982, p.32), vai além, aos nos indicar que os holandeses começaram a se fazer presentes em 1585, através do comércio de alguns produtos entre os indígenas da região. Na qual, esta relação era estabelecida entre os holandeses e os indígenas de forma estritamente mercantil. Conforme cita Dreyfus (1993, p.23).

O objetivo perseguido pela Companhia e pelos colonos holandeses foi, pura e tão completamente quanto possível, mercantil. Para extrair o máximo das riquezas de um sertão difícil de ser conquistado e mais ainda de ser povoado, eles precisavam de intermediários indígenas, fortes o bastante para efetuarem ataques a longa distância, numerosos e espalhados o bastante para estarem em contato com a maior parte dos autóctones, do litoral até a Alta Guiana, e suficientemente integrados no antigo sistema de relações interétnicas para, ao mesmo tempo, utiliza-lo e desvia-lo em direção ao comércio europeu.

⁴ Dados de 1996 extraídos do site www.sergiosakall.com.br/americano/guiana.html. Acesso em 27 de abril de 2005.

⁵ Informações extraídas do site <http://www.geocities.com/RainForest/Jungle/6885/ias-d/txgulito.htm>. Acesso em 27 de abril de 2005.

⁶ O Forte Kyk-over-al e Companhia Holandesa das Índias Ocidentais foram fundados no período conhecido como Trégua dos Doze Anos da guerra entre Holanda e Espanha, ver Romero, 1982.

O processo de colonização holandesa se efetivou com a formação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, que “(...) oficializou o comercio de escravos e indígenas” (DREYFUS, 1993, p.21) e segundo Romero (1982) possibilitou a ocupação de toda a extensão do rio Essequibo, logo em seguida do rio Demerara e, por fim, em 1627, estabeleceram-se no rio Berbice através da presença de um comerciante chamado Abraham van Pere.

A guerra entre os espanhóis e holandeses, que havia tido pausa no início do século XVII, só teve fim em 1648, com o Tratado de Munster. Contudo, conforme Romero, este tratado abriu caminho para as futuras discussões sobre limites territoriais entre Venezuela e Inglaterra. Sendo assim: “La ratificación de este acuerdo implicaba el reconocimiento por parte de los españoles de las posesiones holandesas o cuales eran esas posesiones. Esta interpretación daría origen, siglos más tarde, a numerosas discusiones a lo largo de la controversia de límites entre Venezuela e Inglaterra primero y Guyana independiente, después” (ROMERO, 1982, p.32).

Com o fim da guerra, os colonos holandeses começaram a empreender, de forma efetiva a agricultura da cana-de-açúcar. Elemento de suma importância para a formação sócio/cultural da Guiana, pois com ela chegaram os primeiros negros africanos e, logo depois, os indianos; além de submeter os índios ao trabalho escravo (op. cit).

Dreyfus (1993) relata que, a escravidão dos índios foi resultado das guerras intertribais que ocorria na época entre os povos nativos. Aproveitando dessa situação os colonos firmavam alianças entre os grupos mais fortes para, além de comercializar os aprisionados, obter proteção, uma vez que, a região era pretendida por outras potências. Apesar da Companhia Holandesa das Índias declarar ilegal a escravidão de indígenas, ela não evitava tal ação, pois permitia aos colonos escravizar os índios capturados por outros grupos étnicos. Como afirma Lee (1982, p.48). “la Compañía Holandesa de las Índias Occidentales declaró ‘ilegal la esclavitud de los indios por europeos, a menos que la persona esclavizada fuera un esclavo entre su propia gente’”

Devido à união entre escravos negros e indígenas, em 1678 estourou uma revolta que marcou o término da escravidão indígena e o consentimento de privilégios a estes. Começou-se uma política de diferenciação “la política de separar y enfrentar a los dos grupos tuvo éxito pues éstos no volvieron a cooperar en forma significativa en ningún levantamiento contra las autoridades” (ROMERO, 1982, p.34).

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Lee (1982, p.48) diz que, “la raíz de la política de ‘divide y domina’ en Guyana, según la cual, un grupo oprimido era enfrentado a otro, con el

pretexto ‘privilegios’ supuestamente beneficiosos”. Tal fenômeno foi tão bem sucedido que afetou diretamente um mesmo grupo étnico. Os negros destinados ao trabalho no campo se sentiam diferentes dos negros urbanos, foram essas diferenças que trouxeram à tona as contendas tribais africanas⁷. Assim, mais tarde, esta política viria a torna-se útil na divisão e diferenciação dos dois maiores grupos étnicos da Guiana: negros e indianos.

A expansão do cultivo da cana-de-açúcar e o solo de boa qualidade, conseqüentemente, implicou em uma produtividade elevada, trazendo colonos de origem inglesa em 1746, para a região do Demerara, resultando em 118 plantações em pouco mais de 10 anos, e a maior população daquela zona (ROMERO, 1982).

Com essa expansão, aumentou consideravelmente o número de escravos negros nas plantações, em proporção de um europeu para cada onze escravos, por exemplo, Romero (1982, p.37) afirma que “ (...)En Berbice en 1762 se contaban 346 europeos, 244 indígenas y 3.833 africanos”. Devido a esse número desproporcional de negros africanos em relação às outras parcelas étnicas da sociedade guianense, surgiram algumas rebeliões intensas. A mesma autora diz que o instrumento utilizado de maior êxito para a manutenção da ordem foi a “política de dividir a los diferentes grupos raciales”, contribuindo para as delimitações raciais bem visíveis na atual Guiana.

Enquanto este fenômeno de estratificação e divisão de grupos ocorria na Guiana, a Europa passava por um período turbulento de conflitos que estavam influenciando demasiadamente suas colônias. A Holanda tornou-se aliada de um grupo contrário a Inglaterra, em contrapartida; a Inglaterra invadiu em 1781, as três colônias que estavam sob o domínio holandês: Essequibo, Demerara e Berbice, que juntas, no futuro, formariam a atual Guiana Inglesa. Essa invasão duraria apenas três anos, voltando assim, a integrar os territórios de posse holandesa (op. cit).

Em 1796, novamente, a Europa passou por um período de guerras que levou ao domínio inglês as colônias acima citadas, na qual foram dominadas definitivamente a partir de 1803, um ano após o Tratado de Amiens que devolvia estes territórios a Holanda⁸. Legalmente, a Inglaterra só tomou posse desses territórios com a assinatura do Tratado de Paris, em 1814, “como reconocimiento de la cesión de estos territorios, el gobierno inglés pagó al holandés varios millones de libras esterlinas” (ROMERO, 1982, p.41).

⁷ Ver Lee, 1982, p.50-51.

⁸ Ver Romero, 1982, p.41

Após vinte anos sob o domínio Inglês, a Guiana passou pelo período da abolição da escravidão. Entre alguns motivos podemos ver os citados por Pereira (2005, p.36):

Porém, o ritmo de desenvolvimento da Inglaterra, somado aos interesses dos colonos ingleses plantadores, instalados nessas colônias, e os primeiros passos da revolução industrial levaram a Inglaterra a decidir-se pelo trabalho assalariado (...) ficou o processo de acumulação da economia inglesa, durante os primeiros quarenta anos do século XIX, com desenvolvimento social e controle social, que favoreceu a transição do modo de produção escravista para o modo livre.

Assim, a abolição da escravidão veio para os negros acompanhada de um sistema chamado de “aprendizagem”. Diferentemente das colônias dominadas por outras potências européias da época, os negros da Guiana teriam que aguardar um período para ser considerados realmente livres. Este período variou entre quatro a seis anos, como veremos na seção seguinte.

DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NA GUIANA INGLESA A IMIGRAÇÃO CONTRATADA

A abolição da escravidão nas colônias, foi seguida de um período chamado de “aprendizaje”. Na carta da abolição constava que os escravos que trabalhavam na agricultura ficariam por mais seis anos servindo aos seus senhores, e os não agrícolas por um período de quatro anos assim; os senhores seriam responsáveis apenas pelas roupas e alimentação e a coroa Britânica pagaria um valor para cada colono (ROMERO, 1982). A “aprendizaje” foi um meio de minimizar o impacto da abolição e, possibilitar a direção para uma nova história da Guiana.

La abolición de la esclavitud es generalmente considerado el principal factor responsable de los cambios económicos y sociales efectuados en la Guayana Británica en la segunda mitad del siglo XIX (...) El nuevo status legal de los esclavos se reflejó casi de inmediato en un creciente proceso de movilidad física que los llevó a abandonar en forma masiva las plantaciones azucareras. Este movimiento tuvo repercusiones económicas que obligaron a la importación de inmigrantes contratados y a una serie de ajustes para que los plantadores pudieran continuar participando en el mercado internacional del azúcar (ROMERO, 1982, p.47).

Logo após a abolição, no período de aprendizagem, foi possível a alguns escravos o acúmulo de capital, que contribuiu para a formação de várias comunidades camponesas de ex-

escravos negros, como nos diz Pereira (2005, p.36) “aqueles que se tornaram libertos criaram um movimento denominado *el village movement*, que consistia em comprar plantações abandonadas e instalar comunidades agrícolas coletivas”.

Mesmo apesar do retorno dos escravos as plantações de açúcar, logo após o aparecimento de comunidades campesinas, os donos das plantações decidiram tomar algumas providências em relação à deficiência de mão-de-obra. Primeiramente, aumentaram a eficiência das plantações, depois; fomentaram a política de imigração. “A substituição da mão de obra escrava levou àquele país uma massa de trabalhadores contratados, oriundos principalmente do Oeste da Índia” (PEREIRA, 2005, p.36).

A política de imigração tinha como financiador o governo inglês, os plantadores exerceram certa pressão política que contribuiu para tal financiamento. No entanto, parte dos gastos de importação dessa mão-de-obra semi-livre passaria a serem inclusa nos impostos pagos pelos trabalhadores livres e também aos imigrantes que estavam chegando.

Vale lembrar que no início dessa política de imigração à proposta era de corrigir o desequilíbrio racial entre brancos e negros, trazendo principalmente europeus⁹. Também, há registros de imigração de chineses. Contudo, o maior número de imigrantes era proveniente da Índia: a grande parcela era hindu e pertencia a casta de agricultores e artesãos. Num total de 341.491 imigrantes, recebidos na Guiana no período entre 1835 e 1918, onde, desdes 236.205 eram de origem indiana (ROMERO, 1982).

Segundo Romero (1982), os negros receberam cordialmente os imigrantes indianos, a única implicação era em relação ao custeamento dessa ação através dos impostos. De forma geral, a política de diferenciação não foi introduzida sobre uma base racial, senão por razões econômicas. “Cuando tuvieron enfrentamientos entre los distintos grupos étnicos, éstos fueron inicialmente el resultado no de preconceptos raciales sino de razones económicas concretas” (ROMERO, 1982, p.71). No entanto, as questões econômicas cederam lugar às questões políticas e sociais, afetando diretamente na formação dos partidos políticos em meados do século XX.

⁹ Mediante a estimulação da imigração portuguesa, ver Lee, 1982, p.54.

PARTIDOS POLÍTICOS E A INDEPENDÊNCIA

No espaço entre 1950 e 1960, a Guiana passou por um período de descolonização. Neste momento, a Inglaterra pensava na melhor maneira de se fazer a transição política, e em que mãos deixaria o poder. Lee (1982, p.61) diz que “tomando como marco de referencia la política de ‘divide y domina’, era necesario destruir los intentos de unificación ‘racial’, originalmente protagonizados por el People’s Progressive Party”.

A citação a seguir de Pereira (2005) representa a importância da formação dos partidos políticos para a independência da Guiana. Através do People’s Progressive Party - PPP¹⁰ deu-se origem a outro partido, que contribuiu para a manutenção e consolidação da divisão de grupos étnicos. Este partido foi o People’s National Congress - PNC, formado de maioria negra.

Desde o período colonial nas esferas políticas da Guiana, esboçava-se um movimento nacionalista e anticolonial que se intensificou com a chegada de guianenses que tinham ido cursar seus estudos superiores na Grã-Bretanha e Estados. Assim, em 1950, oriundo de movimentos dirigidos por esses intelectuais guianenses, surge o People’s Progressive Party (PPP), que se torna a principal voz que se impõe à coroa britânica (...). O quadro político da década de 50 e 60 na Guiana pode ser descrito como a consolidação de uma cultura partidária que se impunha numa situação de colônia e que, portanto, contribuiu com o processo de independência (p.37)

No entanto, o pensamento da Inglaterra não estava ligado somente ao fomento da divisão étnica, mas a algo mais significativo. O período de formação de partidos políticos da Guiana coincidiu com a Guerra Fria. Este momento foi delicado, pois o mundo estava dividido em dois blocos. De um lado, os Estados Unidos com os seus aliados, como a Grã-Bretanha e do outro; a União Soviética. Tal situação política mundial influenciou diretamente, nas eleições de 1964 e, conseqüentemente, na independência de 1966 da Guiana Inglesa.

Como o perigo de ter um país com governo comunista na América do Sul, ficava cada vez mais concreto, as potências da época: Estados Unidos e Inglaterra, interviram diretamente, no sistema eleitoral da Guiana, pois este, havia possibilitado o PPP de chegar ao poder nas últimas três eleições. Conforme diz Pefaur (1982):

¹⁰ Daqui por diante utilizaremos a sigla PPP quando fizermos referência ao People’s Party Progressive e PNC quando fizermos referência ao People’s National Congress.

Un factor muy importante a considerarse en este aspecto, es la influencia externa. En pleno período de la guerra fría, el PPP, de línea izquierdista ortodoxa y con claras aproximaciones a la influencia soviética, motivo la inquietud de las grandes potencias occidentales, especialmente Washington y Londres, ante la posibilidad de que surgiera una amenaza comunista en el continente americano tal como se había percibido en el caso de Guatemala en 1954 (PEFAUR, 1982, p.148-149).

O PNC, partido que surgiu da divisão do PPP, foi apoiado pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha. No entanto, as forças externas aliadas não contavam com a aproximação do PNC as tendências pró-soviéticas, “o PNC também vai assumir uma identificação socialista e passar por um processo interno de modificação de seus quadros de cooptação dos sindicatos em torno de bandeiras mais classistas e anticolonialistas” (PEREIRA, 2005, p.37).

Logo após a independência de 1966, a Guiana adquiriu o status de República Cooperativista (1970), a única de todo o mundo. Pefaur (1982, p.150) nos dar a seguinte definição de cooperativismo: “el cooperativismo sería la forma mediante la cual dar las masas el control de la economía, haciendo del sector co-operativo el dominante, dentro de la estructura económica del país”.

A Guiana ficou sob o domínio do PNC durante vinte e oito anos. Somente na última década do século passado é que, o PPP assumiu o poder político do Estado guianense, sob a condição de formar uma coligação com o Partido Cívico. Ainda na frente deste estava Cheddi Jagan. Eleito presidente, Jagan, “que, ao temer acirramento dos conflitos das relações entre negros e asiáticos a exemplo de 1964, cria um ministério multirracial” (PEREIRA, 2005, p. 38). Segundo Pereira (2005), a família Jagan permaneceu no domínio do Estado guianense até final da década de 90, quando nas eleições de 2000, foi eleito o novo presidente; o ministro de Finanças, do governo anterior, Bharrat Jagdeo.

Hoje, a República Cooperativista da Guiana é um país independente, tem seus problemas econômicos, políticos e sociais. No entanto, o tratamos de forma negativa, como nos diz Almeida (2007, p.03) “que olhares que temos para a Guiana e que olhares os roraimenses dispensam aos guianenses? Na sistemática do avanço do capital e dos projetos imperialistas e de construção de soberanias no qual somos partícipes, criamos uma periferia da periferia, tratando vizinhos como bandidos, marginais e preguiçosos”.

Portanto, a proposta deste artigo não é detalhar todo o processo histórico da República Cooperativista da Guiana e, mesmo porque seria impossível fazer em um único artigo, mas

contribuir para a compreensão de quem foi e quem é Guiana e; para estimular o debate que há muito deveria ter sido estabelecido entre os países que compõe a América do Sul, porém que está obscurecido pela distância de relacionamentos concretos, digo isso não só na esfera das políticas exteriores de Estado, mas também na área de conhecimento científico.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Linoberg Barbosa de. *Até o Tacutu nos separa: um estudo acerca da relação entre a política externa brasileira e a política de segurança pública na fronteira Brasil – Guiana*. Proposta de pesquisa apresentado ao Programa de Doutorado da FLACSO. Boa Vista, 2007.

BAINES, Stephen Grant. *Os Índios Makuxi e Wapichana e suas relações com Estados Nacionais na Fronteira Brasil-Guiana*. Nº 338 . Brasília: Departamento de Antropologia / Universidade de Brasília, 2003 (Série Antropologia).

DREYFUS, Simone. Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana ocidental de 1613 a 1796. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de; CUNHA, Emanuela Carneiro da. *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: FAPESP, 1993, p.19-41.

GARAVINI, Sadio. *Política exterior de Guyana*. Venezuela: Univesidad Simon Bolívar/ Instituto de Alto Estudos de América Latina/ Fundacion Bicentenário de Simon Bolívar.

LEE, Franz J. T. “Raíces históricas y socio-económicas de la ideología de racismo: Sudáfrica y Guyana. In: ROMERO, Rita Giacalone de. *Guyana Hoy*. Venezuela: Corpoandes/ Editora Venezolana C.A./ Ira Edición, 1982. p.13-83.

MELATTI, Julio Cezar - *Índios da América do Sul* – <http://www.geocities.com.juliomelatti/>. Acesso: 24 de março de 2005.

PEFAUR, Beatriz Cáceres de. Guyana: socialismo cooperativista o capitalismo de estado: uma visión del período 1970-1980. In: ROMERO, Rita Giacalone de. *Guyana Hoy*. Venezuela: Corpoandes/ Editora Venezolana C.A./ Ira Edición, 1982. p. 145-169.

PEREIRA, Cunha Mariana. *A Ponte imaginária: o trânsito de etnias na fronteira Brasil-Guiana*. Tese apresentada ao CEPPAC/ UnB, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em Antropologia. Brasília, 2005, p. 172.

PEREIRA, Ildeu Basílio. Invasões holandesas. www.cese.com.br/invasoes_holandeses.htm. Acesso em 27 de abril de 2005.

REPUBLICA COOPERATIVA DA GUIANA (1966). www.sergiosakall.com.br/americano/guiana.html. Acesso: 29 de abril de 2005.

ROMERO, Rita Giacalone de (Org.). *Guyana hoy*. Venezuela: Corpoandes/ Editora Venezolana C.A./ Ira Edición, 1982.

_____. *Estudios historico de la Guyana Britanica: Del descubrimiento a la formacion Del movimiento independentista, 1499-1949*. Venezuela: Corpoandes/ Librería Universitaria/ Fundacipol, 1982.